

Crescimento ideal só em 2002

Sandra Nascimento
de São Paulo

A recuperação dos índices sociais, em especial o do desemprego, uma das mais importantes promessas de campanha dos dois principais candidatos ao Palácio do Planalto — o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) —, esbarra nas estimativas de crescimento da economia para o próximo mandato.

Segundo economistas das mais variadas tendências, um combate efetivo ao desemprego exigiria um crescimento em torno de 6% do PIB, o que, avaliam, só será possível a partir de 2002.

O número mágico de 6% chegou a ser mencionado pelo presidente Fernando Henrique em Minas Gerais e rapidamente atenuado no Rio Grande do Sul quando, segundo ele, 6% era um desejo e não uma afirmação. “Tomara o crescimento fosse 6%”, disse.

Para o economista Guido Mantega, assessor pessoal de Lula e um dos responsáveis pela elaboração de seu programa de governo, essa solução é única e possível. “Essa é a saída. Você ter crescimento de 5% a 6%. Cria empregos e aumenta a arrecadação”.

Economistas consultados por este jornal são unânimes em reconhecer a necessidade do crescimento chegar a este patamar para garantir a geração de emprego. Fatores internos e externos, no entanto, impedem tal desempenho no curto prazo. Hoje a China é um dos poucos países a alcançar tal índice.

Até 1999, de acordo com o economista Bernardo Macedo, da LCA Consultoria, o País viverá a fase de estabilização começada em 1997, com uma lenta recuperação do crescimento econômico.

Trabalhando com a hipótese da reeleição de Fernando Henrique — tendência majoritária entre os bancos e consultorias econômicas — e a manutenção da política cambial, o economista considera que para reverter os índices de desemprego é necessário mais investimentos na área social. “Na perspectiva mais otimista, as projeções para 2003 do índice de desemprego do IBGE chegam a 12% (hoje é de 8%)”, disse.

“O desemprego é um desafio para a próxima década, não para o próximo mandato”, disse o economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Fabio Giambiagi. “Nos próximos anos vamos ter um desemprego maior que a média dos anos anteriores”, disse. No entanto, ele acredita que será possível reduzir as taxas atuais.

Marcelo Allain, diretor de análises econômicas do Banco BMC, também avalia que os níveis de desemprego continuarão altos, mas concorda com Giambiagi. Segundo ele, será possível reduzir o atual índice de 8% para, talvez, 6% da População Economicamente Ativa (PEA).

Segundo os economistas, as atuais previsões de crescimento de até 6%

em 2002 ou 2003 levam em consideração um quadro bastante favorável para o País, sem sustos, como aconteceu no final do ano passado. “A Ásia continuará gerando más notícias, mas sem rupturas”, acredita Denise Pasquual, economista da Tendências Consultoria Integrada.

A política econômica deverá optar por uma desvalorização gradual do câmbio e redução das taxas de juros. Para Giambiagi, nos dois primeiros anos do próximo mandato, o crescimento deverá ser contido até que essas duas premissas sejam alcançadas. Só depois, acrescenta, poderão ser

soltas as amarras da economia. Em 99/2000, a variação do PIB ficará em 3% a 4%. Até 2002, a média deverá ser 4%, podendo chegar a 5%.

Para Macedo, no próximo ano o crescimento estimado de 2,6% será puxado principalmente pelo setor industrial e agropecuário, que deverão crescer, cada um, 3,5%. Para 2002, ele acredita que o setor industrial poderá crescer 6% e em 2003, 7%.

Todo esse quadro, segundo os analistas, levam em consideração não só a reeleição de FHC bem como uma rápida retomada da discussão em torno da segunda geração de reformas institucionais. “Estamos contando com isso, é preciso sinalizar para os investidores”, disse Denise Pasquual, da Tendências.

Colaborou Liege Albuquerque

“O desemprego é um desafio para a próxima década, não para o próximo mandato”, disse Fabio Giambiagi, do BNDES